

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Departamento de Economia

Monografia de Final de Curso

Análise da Economia Brasileira no século XXI e sua relação com a
Balança de Serviços não-fatores

Aluno: Felipe Frota Leitão Fortuna

Matrícula: 1112988

Professor Orientador: Luiz Roberto Cunha

Junho 2016

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Departamento de Economia

Monografia de Final de Curso

Análise da Economia Brasileira no século XXI e sua relação com a Balança de Serviços não-fatores

Aluno: Felipe Frota Leitão Fortuna

Matrícula: 1112988

Professor Orientador: Luiz Roberto Cunha

Junho 2016

Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor.

Felipe Frota Leitão Fortuna

As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor.

Agradecimentos

Agradeço ao meu orientador Luiz Roberto Cunha, que me inspirou a fazer esse trabalho, sua atenção e principalmente paciência em me receber e responder quando sempre que possível.

À minha irmã que sempre me apoiou independente das situações e me ajudou a me levantar nos momentos mais difíceis.

Aos meus pais e avós por oferecerem apoio incondicional diante das dificuldades, sempre andando ao meu lado durante minha vida, também fontes de inspiração para essa trajetória.

Aos meus amigos, sempre leais, engraçados, companheiros e confiáveis. Responsáveis por fazer não só dessa etapa, mas de toda vida mais divertida e proveitosa.

“ The curious task of economics is to demonstrate to men how little they really know about what they imagine they can design. “

(Friedrich Hayek, 1988)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	7
2. ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA (1994-2003)	17
2.1 Plano Real (1994-1999)	17
2.2 Regime de Metas de Inflação e o Tripé Macroeconômico (1999-2002)	20
3. GOVERNO LULA (2003-2010)	25
3.1 Primeiro Mandato (2003-2006)	25
3.2 Segundo Mandato (2007-2010)	31
4. O SETOR DE SERVIÇOS NÃO-FATORES	34
4.1 Introdução	34
4.2 Viagens Internacionais	35
4.3 Seguros	38
4.4 Transportes	40
5. Conclusão	44

Lista de Gráficos

Gráfico 2.1 – Receitas e Despesas do Setor de Serviços de Transporte, 2001	22
Gráfico 2.2 – Taxa de câmbio US\$, 2001	23
Gráfico 2.3 – Receitas e Despesas do Setor de Serviços de Viagens, 2001	24
Gráfico 3.1 – Resultado em Conta Corrente, 2003 até 2010	28
Gráfico 3.2 – Balanço do Setor de Fretes, 2003 até 2006	29
Gráfico 3.3 – Balanço do Setor de Viagens, 2003 até 2006	30
Gráfico 3.4 – Balanço do Setor de Seguros, 2003 até 2006	30

Lista de Tabelas

Tabela 1 – IPCA, 1993 até 2000	17
Tabela 2 – Saldo da Balança Comercial e das Transações correntes, 1994 até 2000	18
Tabela 4.1 – Resultados das Receitas e Despesas do Setor de Viagens, 1999até 2010 ..	35
Tabela 4.2 – Resultado da Regressão de Viagens, Despesas	37
Tabela 4.3 – Resultado da Regressão de Viagens, Receitas	38
Tabela 4.4 – Resultado da Regressão de Seguros, Receitas	39
Tabela 4.5 – Resultado da Regressão de Seguros, Despesas	40
Tabela 4.6 – Resultado da Regressão de Transportes, Receitas	43
Tabela 4.7 – Resultado da Regressão de Transportes, Despesas	44

1.INTRODUÇÃO E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O Brasil, desde o início de sua história, é considerado a grande potência do continente sul-americano. Seja pelo tamanho, por suas riquezas, sempre foi rotulado como uma potência regional. Desde então, por mais que apresentasse todas as condições para se firmar como um país considerado desenvolvido, não demonstrou efetividade no seu crescimento. Nos anos que se passaram sempre existiram problemas crônicos de crescimento seguido de recessão, muito pelos quais incentivados por um ideal desenvolvimentista, políticas de incentivo ao consumo e não ao desenvolvimento de infraestrutura e condições para efetivar um real crescimento.

O mesmo ideal desenvolvimentista que dominou os anos pós-guerra volta a aparecer recentemente como “neodesenvolvimentismo” criando condições para os mesmos percalços que surgiram na época onde gerou-se inflação e endividamento.

A balança de pagamentos brasileira (*série histórica, Banco Central do Brasil*) ajuda a ilustrar algumas falhas que o país possui para não melhorar seu desempenho na economia. O item de serviços não-fatores é uma dessas falhas e será tratado parcialmente no trabalho apresentado visto que nem todos os subitens estão diretamente correlacionados com o Produto Interno Brasileiro, o mesmo item, apresenta um problema crônico de déficit em conta corrente. O mau desempenho deste ao longo dos últimos anos é fruto de vários problemas estruturais no país.

O trabalho apresentado consiste em estudos, primeiramente sobre o momento que o país viveu nos últimos 16 anos, porém, é fundamental para o entendimento da conjuntura da época estudada as condições em que foi entregue o país. O último ciclo econômico iniciado, foi com a criação do Plano Real, com o Brasil sob fortes pressões inflacionárias houve a necessidade de uma reorganização completa na estrutura monetária nacional. Consequentemente, as medidas sociais e políticas adotadas nos últimos anos só foram possíveis graças à criação do plano.

Avaliaremos o período recente da história econômica brasileira. Desde a criação do Plano Real, enfrentamos vários períodos de flutuações econômicas, tanto ciclos positivos como negativos. O entendimento da Teoria Macroeconômica é fundamental

para a compreensão dos ciclos e políticas econômicas, podemos tirar proveito do trabalho de Mankiw (1999) e seu livro “Introdução a Economia” onde apresenta conceitos básicos, porém sólidos para o entendimento da Macroeconomia. No trabalho apresentado será essencial o entendimento de fundamentos básicos da economia no sentido Macro para que assim, se possa tirar conclusões concretas e racionais das políticas econômicas de todo o período econômico a partir dos anos 2000.

O governo de Fernando Henrique Cardoso¹ foi responsável pelas manobras econômicas a fim de, após a implementação do Real como unidade monetária, estabilizar e garantir credibilidade para o país que sofria com pesadas desconfianças acerca de seu potencial econômico, diante do histórico de inflação e constantes fracassos nas últimas tentativas de estabilização². As atitudes tomadas no governo apresentaram uma expressiva melhora na economia, mesmo com todas as condições externas adversas no início. Até 1997 as medidas tomadas visavam quase exclusivamente um controle monetário.

Após um bom início de ano, velhos problemas começaram a aparecer no governo, como indecisão acerca da implementação de políticas e falta de controle nos gastos. Problemas começaram a aparecer mais a frente com mais uma crise externa, mostrando que o Brasil não estava preparado para um crescimento efetivo de sua economia. Em 1999, início do segundo mandato do então presidente Fernando Henrique Cardoso veremos as medidas tomadas para enfrentar o cenário externo adverso como empréstimos no FMI e a tentativa de implementação de certas políticas, o que não obteve sucesso. A partir da perda de credibilidade dos investidores e da fuga de capitais, iniciou-se o regime de metas de inflação³, desarticulando o câmbio como instrumento principal para o equilíbrio da economia. Além disso o governo conseguiu negociar a aprovação das medidas de ajuste que permitiriam renegociar as dívidas com o FMI. Em seguimento dos acontecimentos, o Brasil, no mesmo ano e no ano seguinte

¹ Ministro da Fazenda no governo de Itamar Franco e principal idealizador do Plano Real em 1993, retirou-se do Ministério para se dedicar à candidatura da Presidência da República, após isso, foi eleito e tomou posse em 1 de janeiro de 1995.

² Desde 1986 haviam tido 5 planos de estabilização que fracassam.

³ O Regime de Metas de Inflação consiste basicamente em um anúncio da meta de inflação desejada para certo período no país cabendo ao Conselho Monetário Nacional balizar a política monetária do Banco Central de modo a atingir a meta calculada pelas instituições acerca de uma inflação controlada.

apresentou indícios de uma real estabilização econômica com os índices de inflação atingindo a meta de inflação. No ano de 2001 os agentes da economia esperavam ser um período de consolidação das políticas e assim, uma afirmação de novos rumos do crescimento do país, porém, com a crise energética que atingiu o Brasil, o panorama se transformou e houve queda na economia até a volta do abastecimento pleno em 2002. Além da crise interna, ocorreram, mais uma vez, crises externa de parceiros comerciais do Brasil, como a Argentina e também os ataques de 11 de setembro nos Estados Unidos, o que contribuiu ainda mais para a queda no PIB do país.

Nos últimos tempos os ciclos vividos pela economia Brasileira foram fundamentalmente afetados pela política internacional. O Brasil, conhecido por ser um país primariamente exportador de bens primários precisou se adequar às políticas internacionais. Para manutenção de investimento, entrada de capitais, cambio e outros fatores, houveram muitas manobras econômicas como o aumento/ diminuição da taxa de juros no período. Isso tudo pode ser melhor entendido com a publicação de Krugman (1999) e também com o livro de Olivier Blanchard para princípios macroeconômicos mais avançados.

Passado o período eleitoral de 2002, o vencedor das eleições para presidente foi Luiz Inácio “Lula” da Silva e se mostrava, nas campanhas, um candidato de oposição, e sugeria uma transformação na direção da economia brasileira. A possível transformação não agradou muitos investidores que, por conta de expectativas à implementação de políticas populistas, retiraram dinheiro da economia. O que estava em jogo era se, realmente, a implementação do Plano Real teria sido bem-sucedida. Logo no início Lula deu sinais de aceitar o momento político e anunciou várias medidas que acalmaram os mercados.

“Em conjunto, essas medidas deram sequência ao abandono de muitas das bandeiras históricas do partido observado em 2002 e representaram uma mudança completa em relação à maneira como o PT via a política econômica até poucos meses antes. “
(Economia brasileira contemporânea, 2011)

Passado o susto da crise de confiança o Brasil, a partir de 2003 evoluiu muito em função da economia internacional. Preços das exportações ficaram acima das

importações e implicou em uma balança comercial positiva a partir de 2005. Desde seu ápice até o final de seus dois mandatos, Lula foi muito popular em suas políticas, que envolveram aumento de gastos públicos com incentivos econômicos às populações mais pobres, unificação de incentivos sociais como o bolsa família, fruto da chamada “Agenda Perdida”, documento elaborado por acadêmicos que abordou vários temas da economia e sociais do Brasil. Muitos desses assuntos foram introduzidos pelo então presidente Lula.

A recapitulação da performance da economia brasileira é muito importante de modo que possa se mostrar que o crescimento no Brasil durante o período não foi bem aproveitado. O Brasil, ao se firmar como potência sul-americana poderia ter ido mais longe, o trabalho abordará alguma das falhas estruturais que o país poderia e ainda pode reparar. Em uma análise rápida da balança de pagamento do Brasil pode-se perceber que apesar de seguidos anos, seja de superávit ou déficit, o setor de serviços não fatores⁴ diretamente relacionados com a atividade econômica – a ser provado por modelos econométricos – e/ou cambio – no caso de viagens internacionais – apresenta um déficit recorrente no seu histórico. Após isso com base nos trabalhos que serão citados, será feita uma análise das possíveis razões para a conjuntura encontrada.

A partir dos conhecimentos, analisaremos o crescimento no PIB⁵ brasileiro, e também do principal indicador de inflação do Brasil, o IPCA⁶. Com base no trabalho de renomados estudiosos da economia brasileira como os professores da PUC-RJ Marcelo de Paiva Abreu e Rogerio Werneck (2005) e seu texto de análise da evolução econômica dos períodos em que o Brasil foi governado por Fernando Henrique Cardoso e o início das políticas de Luís Inácio “Lula” da Silva. Poderemos entender, em uma breve

⁴ O setor de serviços não fatores abrange setores financeiros e fundamentais dos pagamentos e recebimentos brasileiros na balança de pagamentos e é representado por fretes, seguros, viagens, royalties, direitos autorais e serviços governamentais.

⁵ Produto Interno Bruto, um dos melhores valores gerados para indicar o índice de atividade econômica no país.

⁶ Índice de Preços do Consumidor Amplo, desde 1980 é o índice oficial do governo brasileiro para indicadores de preços no Brasil, tem como unidade de coleta estabelecimentos comerciais e seus preços e tem como população-objetivo famílias de 1 a 40 salários mínimos nas principais regiões metropolitanas do Brasil (Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Distrito Federal, Fortaleza, Goiânia, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo). Será necessário para relacionar com análise do PIB pois seus valores podem ser distorcidos pela inflação.

introdução, o Plano Real⁷. Também será necessário compreender o início da política de Metas de Inflação⁸. Werneck afirma que há uma conclusão central que se pode ser tirada: durante o período de 1994 até 2004 o principal foco foi de estabilização da economia brasileira.

Os autores também citam que, desde o início, houve uma necessidade de que as contas do governo precisavam ser ajustadas e isso seria um dos maiores desafios a serem enfrentados. Mesmo com a alteração do governo para um governo em tese de oposição com Luiz Inácio Lula da Silva, a política econômica se manteve ortodoxa, o que acalmou os investidores da época, que temiam uma mudança radical na condução da economia brasileira. Depois dos acontecimentos das eleições, houveram medidas em que visavam a manutenção de investidores ainda incertos sobre a continuidade das políticas adotadas no governo de Fernando Henrique.

Diferente dos anos anteriores enfrentados pelos dois governantes, reformas foram feitas com o objetivo de melhorar o desempenho econômico e mesmo assim o ritmo de crescimento Brasileiro não foi grande em comparação aos demais países, podemos observar os dados do Banco Mundial (World Bank) para tal afirmação. Abreu e Werneck relatam que, somente em 2004, período final de sua observação, há um crescimento relativo maior em comparação ao resto do Mundo.

Diante do fim do período analisado por Abreu e Werneck poderemos nos direcionar aos dados fornecidos por instituições de pesquisa como IPEA, IBGE e também dados fornecidos por instituições governamentais, para não só analisar o período citado mas para, junto com informações sobre acontecimentos e políticas retiradas do livro “Economia Brasileira Contemporânea - 1945-2010” (André Villela, Fabio Giambiani, Lavínia Barros de Castro e Jennifer Hermann, 2011).

⁷ O Plano Real, iniciado em 27 fevereiro de 1994 com o objetivo de estabilização foi o plano que envolveu maior alteração nas medidas econômicas na época, com o objetivo de conter a hiperinflação, utilizou-se de vários instrumentos econômicos na época e, que apresentou maior estabilidade financeira na história brasileira até agora.

⁸ Adotado em 1999 pelo governo Brasileiro para combater a volta da inflação, assim, adotou o regime como forma de melhorar a credibilidade do governo também dando independência operacional ao Banco Central para organizar as melhores políticas. Junto com o Plano Real foi uma das medidas de maior sucesso na história econômica brasileira.

Ainda sobre os mesmos autores encontraremos políticas econômicas não só do governo Fernando Henrique Cardoso como também do governo Lula até 2010. Podemos perceber que houveram fases distintas ao longo do seu governo segundo os autores. A primeira, marcada por Antonio Palocci à frente do Ministério da Fazenda e a continuação da política ortodoxa frente ao controle fiscal. As outras duas fases são marcadas por Guido Mantega à frente do Ministério da Fazenda e separadas pela “crise do *subprime*” de 2008 nos Estados Unidos. Os efeitos das políticas comandadas por Guido Mantega trouxeram dúvidas por conta de seu relaxamento monetário e da falta de continuidade da ortodoxia dos anos anteriores. Também há de se destacar as dúvidas que os autores citam sobre as possíveis consequências do que eles chamam de “*neodesenvolvimentismo*”⁹ que tiveram início no final do período estudado pelo livro.

Feita a análise dos períodos seguintes por meio de outros trabalhos acadêmicos, podemos finalmente analisar a evolução da Balança de Serviços não fatores nos períodos que se seguem os governos. Dados sobre a Balança de Pagamentos brasileira podem ser encontrados nos números apresentados pelo Banco Central, que se encontram disponíveis em seu site e disponível para o público. A evolução da balança de serviços não fatores será o ponto focal desta parte, em que há uma resistência na manutenção do saldo negativo ao longo de sua história.

A partir da análise dos resultados podemos focar em três itens da balança de serviços que há um déficit crônico ao longo de sua história. Será feita uma análise dos setores de fretes, seguros e viagens. As bases para análise de tais setores serão dadas dos órgãos correspondentes à cada setor e também trabalhos acadêmicos a respeito.

Os três itens a serem analisados pelo estudo apresentam um histórico negativo. O setor de fretes, de muita importância na economia de um país, é diretamente relacionado com os ciclos econômico que os países atravessam. Para introdução uma introdução do recorrente do problema de fretes o trabalho do Almirante Hernani Goulart Fortuna (1969) da Escola de Guerra Naval ilustra as Políticas Brasileiras sobre o Frete Marítimo Internacional. O Almirante cita que, sempre existiu uma correlação

⁹ Expressão usada para classificar a política de governo do Presidente Lula durante seu mandato. As principais características se traduzem em transferência de renda e incentivo ao consumo e crédito.

grande entre potências econômicas e sua efetiva potência marítima. Também há comentários sobre a criação das Conferências de Frete que prejudicam a livre competição em relação aos “*outsiders*” como são chamados os navios não participantes. O autor segue sua análise com a situação dos fretes no Brasil, comenta sobre o baixo desempenho no balanço de pagamentos nos últimos anos, em que apresentou significativos déficits no respectivo item.

Após vários anos de recorrentes déficits pode-se imaginar que, ao passar dos anos, a situação tenha melhorado significativamente. Infelizmente segundo a tese de mestrado apresentada por Ricardo Certo na UFRJ apresenta, como no texto anteriormente citado, dificuldades para o desenvolvimento do transporte de cargas internacional (e nacional) no Brasil. Mesmo assim podemos observar pelas contas apresentadas pelo Banco Central que há uma forte relação com o crescimento do PIB Real com aumento das operações de fretes no Brasil, apesar disso, o balanço mostra que junto com o crescimento das receitas, há o crescimento das despesas. Ricardo comenta sobre recorrentes déficits na conta da balança de serviços nos dias atuais e desenvolve o porquê das ineficiências relacionadas ao transporte marítimo.

Nos dois textos que foram lidos os problemas continuam sendo os mesmos, há recorrentes citações sobre problemas na infraestrutura portuária e de apoio aos navios no Brasil. Também há os problemas de grandes impostos e poucos incentivos de modo que a competição com o frete internacional fica quase impossível. A necessidade de uma mudança nesse cenário é fundamental para atingir certos objetivos no item de Fretes na balança comercial brasileira.

Para o setor de seguros e resseguros da balança de serviços não-fatores há diversos textos explicando como funciona o setor de seguros. O texto da Insurance Europe (sem autor definido) é um bom texto para explicar este item da balança. O início do texto explica que seguro é uma transferência de risco, um resultado ou consequência não esperados que prejudicam certo indivíduo ou entidade. Cabe a esse indivíduo ou entidade contratar uma empresa que se responsabilize pelos resultados negativos e compense o resultado ao pagar um prêmio de risco. É de responsabilidade da seguradora calcular os riscos e os prêmios a fazerem parte do contrato. Também serão

usadas diversas cartas conjunturas da Sincor e outros órgãos e consultorias de seguros para análise do setor e da economia em vários períodos.

Outros textos a serem observados podem ser o da conferencia mundial de Resseguros onde mostra que há um constante crescimento do setor no Mundo. Dois textos podem ser destacados, o artigo sobre Resseguros no Mundo em que avaliam o mercado de Resseguros da A.M. Best Company. O artigo fala do cenário favorável às companhias de resseguros em que houve acúmulo de caixa nos últimos anos.

Em relação ao Brasil podemos, junto com o artigo acima, citar outro texto produzido pela mesma companhia. O relatório escrito comenta sobre os principais problemas para as firmas de seguro na Europa, em que, diante da crise do Euro, muitas empresas deixam de investir no continente, causando uma estagnação no setor e na economia. Além disso citam em vários momentos as possibilidades de negócios que estão se expandindo nos países emergentes. O término de monopólio de companhias locais no mercado de seguros e resseguros, as expectativas quanto à realização dos eventos esportivos que ocorrerão (ram) no Brasil só contribuíram para uma maior atenção das firmas. Além disso a ascensão de classes contribuiu para explorar um mercado que ainda não é desenvolvido nos países, o de seguro de vida. Por essas e por mais razões a serem vistas o setor de seguros tem apresentado ligeiras melhoras nas contas brasileiras.

Mesmo com as companhias internacionais de seguros crescendo, aumentando seu caixa, no Brasil, como podemos observar no artigo de Ernesto Tzirulnik enfrentamos vários problemas no âmbito de seguros no Brasil. O autor cita que há inúmeros motivos para a ineficiência do mercado de seguros no Brasil desde uma negligencia por parte da teoria econômica (citação do texto de Irving Pfeffer Pd.D. pela Universidade da California), afirmando que a teoria economia, ao longo de sua história, desenvolveu-se de maneira estática enquanto os seguros são fenômenos dinâmicos. Contudo, apesar de haver muitos obstáculos, a partir de uma maior abertura comercial em 2008 podemos observar um maior crescimento proporcional das receitas sobre as despesas com seguros no Brasil.

Depois dos dois itens acima temos o setor de viagens, de acordo com os dados do Banco Central podemos afirmar que as viagens estão fortemente ligadas ao câmbio e ao crescimento econômico brasileiro. Nos períodos de maiores gastos de brasileiros no exterior o câmbio, mantido (em partes) artificialmente baixo contribuiu para que houvessem muitos gastos no exterior. De acordo com a carta do IBRE escrita por A.C. Gonçalves o gasto excessivo no exterior não significar necessariamente um bom indicativo para a economia no país. Os gastos no exterior mostram que, apesar de o poder de compra do brasileiro ter crescido, não há infraestrutura para comportar o consumo e por isso há uma “necessidade” de gastá-lo em outro país. A falta de opções de investimento e consumo no Brasil fazem com que o país “invista” bilhões no exterior. Os Estados Unidos são um belo exemplo de como isso funciona, no ano de 2003, 5% do PIB dos EUA foi resultado de “investimento” exterior. O autor cita que, um país não pode ser visto somente como uma empresa que necessita escoar a produção, mas também acumular bens e produção para haver um desenvolvimento econômico que contribua a longo prazo para a economia.

Certos trabalhos ajudarão na avaliação do tratamento que o Brasil adota sobre os setores de serviços não-fatores que representam a maioria na conta de serviços, responsável também por uma fatia importante da balança comercial brasileira. Documentos apresentado pelo BNDES¹⁰ sobre balança de serviços como o escrito por Lia Valls Pereira é uma análise sobre os desafios de uma melhora no setor de serviços do país onde, primeiramente, cita que há uma necessidade de formulação de política comercial brasileira de serviços e depois, ao longo do texto comenta sobre experiências internacionais e possíveis soluções para os problemas enfrentados. Também publicado pelo BNDES e elaborado por Rangel Galinari e Job Rodrigues Teixeira Junior a apresentação sobre o setor comenta sobre a falta de atenção dada ao setor de serviços responsável pela maior parte do PIB da economia brasileira. Além disso há destaque para a importância do setor que é um catalisador de inovações, agregação de valor e produtividade. O texto aumenta o debate sobre a substituição da indústria pelo setor

¹⁰ Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, principal instituição fornecedora de crédito para empresas no Brasil, responsável por grandes investimentos em infraestrutura, desenvolvimento, todos os setores da economia brasileira e atuando também no âmbito social.

de serviços como principal foco a ser investido no Brasil de modo a desenvolver a economia. O trabalho como um todo explica o que são os serviços e desenvolve a dinâmica interna do setor, desde geração de emprego e inovações como a aumento na infraestrutura e aponta um argumento a favor de um maior desenvolvimento das atividades relacionadas a serviços.

Ao analisar os possíveis problemas enfrentados pelo Brasil poderemos citar múltiplas edições da Revista Conjuntura Econômica publicada por múltiplos autores. A publicação aponta sobre os principais motivos dos problemas que afetam a participação e importância internacional do país. Comentários acerca de muitos dos problemas de infraestrutura e também desafios a serem superados para a melhora da Conjuntura Econômica, diretamente relacionada com o setor de Serviços.

Por fim, a bibliografia utilizada terá como objetivo, aprofundar a discussão sobre os acontecimentos recentes das políticas econômicas no Brasil e também incitar o debate sobre a atenção dada ao setor de Serviços no país. Além de esclarecer sua importância e potencial para a economia. O conteúdo será a pedra fundamental para a elaboração do trabalho de conclusão de curso, a fim de discutir a trajetória econômica brasileira no século XXI ilustrando as falhas de um setor de extrema importância para o desenvolvimento de uma economia com grande potencial de crescimento, o setor de serviços não fatores.

2. ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA (1994-2003)

2.1 Plano Real (1994-1999)

Depois de Fernando Henrique Cardoso assumir a presidência do Brasil, este foi um período chave para a estabilização econômica do país, já iniciado em 1994. A implementação de políticas de estabilização e a introdução de um novo padrão monetário brasileiro são diretamente responsáveis pelo equilíbrio econômico vivido nos últimos anos. Antes da introdução da nova unidade de conta no ano de 1994, a inflação (IPCA) anual no Brasil alcançou chamativos 10.444,50% antes do início da estabilização. O histórico de instabilidade no controle de preços forçou, o então ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso a encontrar uma solução. Com o início das políticas de controle monetário como o Fundo Social de Emergência, pacote de medidas para contenção do gasto público e aumento de receitas tributárias. Depois da fase de transição houve a introdução do Real na economia, foi necessário manter o combate à inflação no topo das prioridades, a indexação do dólar a regime de câmbio fixo com bandas assimétricas criou uma espécie de âncora monetária de curto prazo – minimizando a aceleração da economia – junto com as metas de crescimento da base monetária, preservou-se a taxa de juros como ferramenta principal na manutenção das taxas de inflação, visto que foi preciso controlar a oferta de moeda elevando as reservas compulsórias dos bancos. Podemos observar na tabela abaixo as consequências para inflação depois da introdução do Plano Real.

TABELA 1

Período	IPCA/IBGE ¹
1993	2.306,19
1994	6.239,79
1994/JUN	10.444,50
1994/JUL	121,21
1995	22,42
1996	17,32
1997	15,12
1998	8,86
1999	8,73
2000	7,70

Fonte: IPEADATA

¹ Taxa anual.

A combinação de expansão do consumo com valorização cambial resultou em dificuldades na balança de Pagamentos brasileira, visto que a tendência superavitária da balança comercial foi invertida à uma tendência deficitária, em especial por conta do câmbio onde o número de exportações limitou-se a manter um certo nível enquanto as importações cresceram 50,45% entre 1994 e 1995 resultando em uma queda da balança comercial para níveis negativos. Já durante esse período podemos observar um problema crônico de saldo em transações correntes¹¹ – composta pela Balança de Serviços – já dependente da balança comercial para apresentar resultados positivos como mostra a tabela:

TABELA 2

Período	BC ¹	TC ²	Saldo
1994	10,4	(1,7)	12,9
1995	(3,3)	(18,0)	13,5
1996	(5,6)	(23,1)	9,0
1997	(6,8)	(30,9)	(7,8)
1998	(6,6)	(33,6)	(17,3)
1999	(1,2)	(24,4)	(10,7)
2000	(0,7)	(24,7)	8,1

Fonte: Banco Central do Brasil

¹Balança Comercial

²Transações Correntes

O Brasil, logo no início do governo de Fernando Henrique também foi afetado por choques externos e uma crise de desconfiança com os casos da crise de balanços de pagamento do México e do câmbio fixo argentino gerando uma onda de suspeitas acerca da efetividade das políticas que estavam sendo implementadas, isso obrigou a dobrar esforços para consolidar a execução do Plano Real. Ainda no início do governo foram adotadas medidas como alta nas taxas de juros, visando recuperar os níveis das reservas internacionais, aumento do imposto de importação para inúmeros produtos e desvalorização controlada pelo sistema de bandas cambiais deslizantes que melhoraram as perspectivas dos agentes estrangeiros e recuperando sua confiança. Outros fatores como a criação de um programa de reforma que visava privatizar vários setores e

¹¹ A Balança corrente é composta por 5 componentes: Balança de bens, de serviços, comercial, de rendimentos e de transferências.

companhias de prestação de serviços e previdência social serviram de âncora para os investidores estrangeiros. Com as prioridades determinadas, a política fiscal foi relaxada e deixou buracos na estabilização da economia. O efeito positivo da queda do índice de preços não foi aproveitado como poderia, visto que o sistema fiscal estava blindado às grandes variações de inflação dos anos anteriores. O sistema bancário não estava preparado para tamanha redução na inflação, o que desequilibrou as contas dos bancos. O Banco Central foi forçado a criar um programa para estimular o Sistema Financeiro Nacional, o PROER (*Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional*) responsável por ajudar os bancos que enfrentavam dificuldades a se adequar ao novo “padrão inflacionário”. A partir da deterioração das contas públicas, os agentes da economia esperaram uma decisão do governo quanto aos ajustes fiscais, porém, pelo momento político, houve uma pressão afrouxamento fiscal ainda maior, ao passo que o cenário político brasileiro¹² “forçou” o presidente a adiar as medidas de aperto fiscal. O endividamento público cresceu e fragilizou a economia.

Após um bom início no ano de 1998, velhos problemas começaram a aparecer, como indecisão acerca da implementação de políticas e falta de controle nos gastos públicos. Para piorar, complicações externas como a crise na Ásia “chegaram” ao Brasil, o que expôs, suas fragilidades econômicas. Os acontecimentos obrigaram o governo a anunciar uma política de aperto fiscal com um aumento na taxa de juros – de 24,5% para 46,5% – agradando inicialmente os investidores, porém, o Brasil voltou à sua velha retórica que se caracterizava pela inconsistência entre seus anúncios e a efetivação dos mesmos. A situação melhorou – temporariamente – com um aumento nas reservas internacionais, com isso, as atenções foram voltadas para a campanha de reeleição de Fernando Henrique, e políticas de ajustes foram momentaneamente ignoradas. Apesar da aparente melhora, outra crise externa mexeu com o mercado, a crise da Rússia, novamente, serviu para ilustrar o descompromisso do governo com as políticas necessárias a serem feitas.

¹² Na época o congresso estava votando uma emenda que possibilitava a reeleição presidencial e com a necessidade do apoio da “bancada” desenvolvimentista, Fernando Henrique cedeu às pressões, adiando as medidas de ajuste fiscal.

2.2 Regime de Metas de Inflação e o Tripé Macroeconômico (1999-2002)

Antes de entrarmos no escopo do trabalho é importante destacar alguns acontecimentos importante do ano de 1999, fundamentais para a estabilização econômica da época. No começo de março do mesmo ano uma nova equipe começa a compor a mesa do Banco Central do Brasil liderados por Armínio Fraga. Um novo plano de estabilização foi anunciado, para conter as expectativas dos agentes que ainda desconfiavam da maneira a qual era conduzida a política econômica no Brasil. O então presidente do Banco Central anunciou o pacote de estabilização chamado de Regime de Metas de Inflação o qual consiste em definir um alvo para a variação do IPCA, seus principais objetivos com a adoção da nova política eram reestabelecer a sustentabilidade fiscal, compatibilidade das contas externas com as possibilidades de financiamento externo e por último um compromisso de manter a inflação sob controle. O principal meio por qual se mantinha o controle da inflação era quando o Copom¹³ se reunia para adotar uma meta de inflação a ser alcançada, visando esclarecer ao mercado de que as políticas que o país iria tomar seriam em direção ao centro da meta. Em resumo, quando a inflação ficasse acima da meta o presidente do Banco Central deveria enviar uma carta aberta ao Ministro da Fazenda expondo as razões do descumprimento e a partir disso se deveria ou não tomar medidas, como aumentar os juros da economia. No caos em que ficasse abaixo do centro do “alvo” havia a possibilidade – por conta do cenário – de reduzir as taxas. Além do anúncio do Plano de Metas, foi anunciado uma desvalorização gradual da moeda, o temor de um choque na inflação do país não se concretizou, principalmente pelo Brasil estar passando por um momento de queda na atividade industrial. Outros ajustes também foram feitos e comprovaram surtir efeito na inflação, como o aumento do salário mínimo em apenas 5%, claramente, não agradou a população em geral por conta de uma espécie de “arrocho” salarial considerado pela comparação à inflação do período, apesar de tudo era necessário à época garantir a credibilidade perante os agentes.

O ano de 2000, em comparação aos anos anteriores foi de um bom momento econômico para o país. A movimentação em torno da desvalorização cambial no ano

¹³ Comitê de Política Monetária

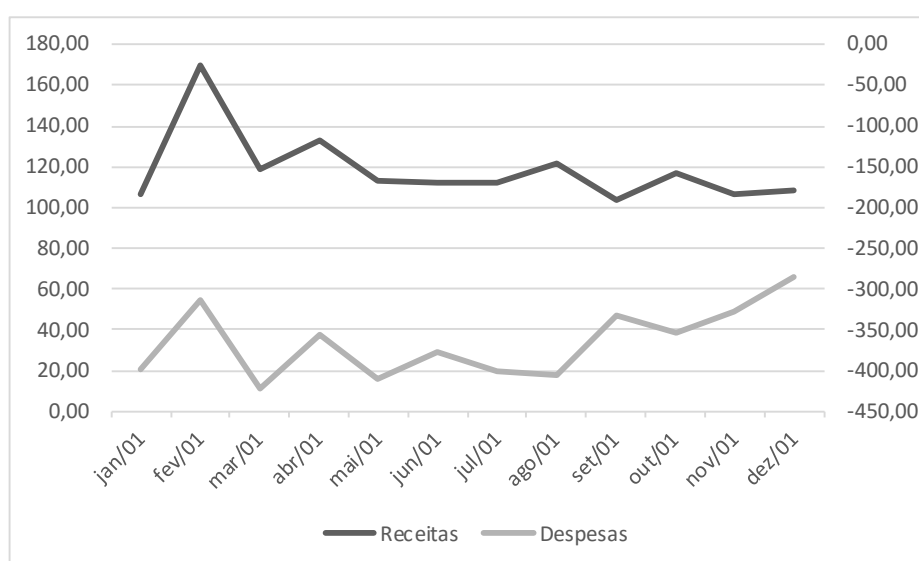
anterior foi deixada para trás, as políticas de controle da inflação estavam surtindo ótimos efeitos e, em termos fiscais, o governo parecia ter finalmente tomado o controle. Durante o período, o Brasil atingiu um crescimento real do PIB anual em 4,39% (Banco Central do Brasil), a melhor taxa desde o superaquecimento da economia em 1994 – onde cresceu 5,85% – entretanto a diferença foi de um crescimento regular com inflação baixa. Apesar disso, o crescimento foi um pouco distorcido, a considerar que os cortes nos gastos públicos não foram feitos por pressão política o resultado positivo como superávit do setor público se deu por conta de um grande aumento na receita por meio dos impostos.

O início do novo século foi recebido com otimismo tanto por parte dos brasileiros como por parte dos agentes com o crescimento, mesmo que por razões não ideais, mostrando-se promissor, esperava-se um ciclo-virtuoso no país. Muitos acreditavam que finalmente o país poderia vir a se acertar. Apesar de um início promissor, em fevereiro começaram os problemas, a Argentina, com a eleição de Fernando de la Rúa, começou a se ver em um grande declínio com um aumento grande nos impostos e uma grande reforma do estrutural do governo, além disso as receitas estavam em cheque visto que o principal parceiro comercial, o Brasil tinha desvalorizado a moeda dando fim à um período de grandes receitas nas exportações. Além disso o país não estava cumprindo os contratos com o FMI e ainda buscava mais empréstimos, vendo sua dívida crescer incontrolavelmente. O desemprego beirava os 15% e a situação social era delicada. Ao longo do ano de 2001 protestos e medidas trapalhadas dominaram o ambiente que forçou o então presidente a renunciar. A desconfiança chegou ao país com temores de a crise argentina contaminar o Brasil, outro fator importante foi a desaceleração da economia americana que provou que nem sempre as expectativas estavam certas, visto que se esperava uma rápida recuperação, o que foi provado ser mentira. O Banco Central se viu obrigado a tentar conter este aumento na especulação dos agentes da economia, diferente do que havia planejado, com uma progressiva diminuição na taxa de juros, teve começar um ciclo de alta. Para piorar, em abril, por questões climáticas, falta de planejamento, infraestrutura e uma crescente demanda – em apenas 3 meses cresceu 7,74% (ONS) – o Brasil foi marcado por uma crise energética. Inevitavelmente, o país sofre um forte revés, com o racionamento de energia, as famílias

tiveram de reduzir seu consumo em até 20% e o PIB, em termos dessazonalizados, sofreu uma queda no período. Após um primeiro semestre nada animador, em 11 de setembro o Mundo presenciou os ataques terroristas aos Estados Unidos. O momento de desconfiança no Brasil que já tinha forçado o governo a pedir um empréstimo de US\$15 Bilhões se tornou extremo, os agentes se tornaram muito avessos ao risco e o financiamento externo era quase impossível à época. Todo o pessimismo foi mantido por conta das previsões eleitorais que ocorreriam em 2002.

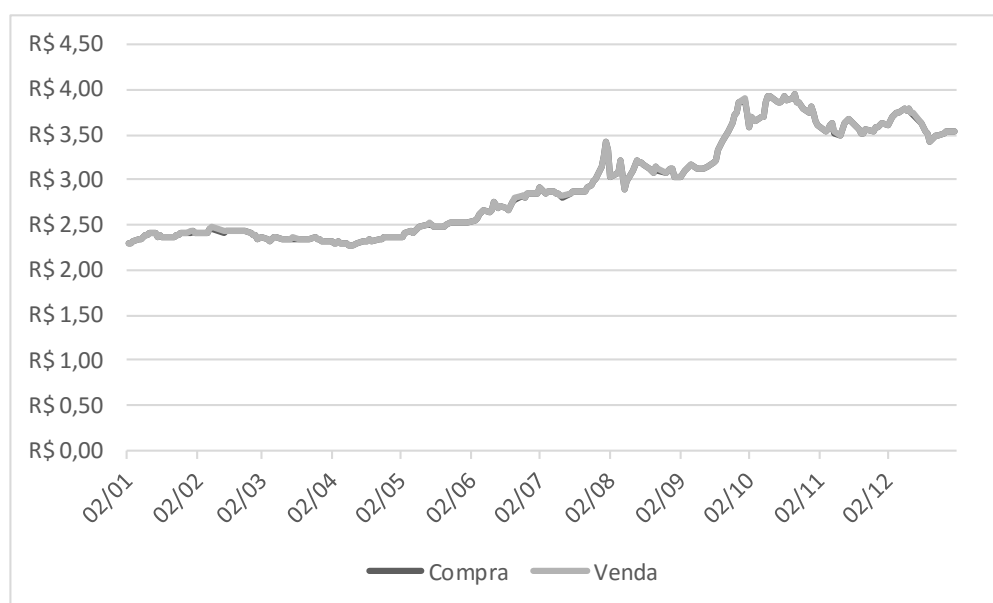
À questão da balança de pagamentos, podemos observar que, ao longo desse período sempre se manteve negativa – em todos os meses – destaque para os setores de serviços e rendas, que, representou uma grande parcela do déficit na balança. Os serviços não fatores – focaremos nos que tem relação com a atividade econômica e câmbio – mostraram sinais de retração, com a diminuição dos gastos com transportes, e aumento nas despesas de seguros. Em relação às viagens podemos ver um sinal de aumento nas despesas com viagens, visto que com as previsões de dólar prestes a aumentar e aproveitando uma breve janela de diminuição da taxa de câmbio em 2001, as despesas aumentaram. Do lado das receitas, mantiveram-se relativamente estáveis para o setor de transportes, isso se deve ao fato da manutenção de contratos já firmados anteriormente. Podemos ver, no gráfico abaixo a questão da estabilidade dos serviços de transporte de maneira mais clara. (Valores em milhões de reais)

GRÁFICO 2.1



O ano de 2001 foi um ano atípico dos demais, destaque para o excesso de expectativas e erros das mesmas, onde ao final de 2001 e começo de 2002 provou-se que o medo acerca das consequências do 11 de setembro era excessivo e menos perigoso do que esperavam, mais um “alarme falso”. No início do último não de mandato de Fernando Henrique, mais expectativas tomaram conta dos agentes do mercado, enquanto o dólar disparava a medida que a chances de a oposição, com propostas populistas, o fraco apoio político do candidato da posição – José Serra, que não convenceu nem mesmo ao presidente a apoiá-lo, o partido também estava dividido – alimentou incertezas diante do cenário das eleições que estariam por vir. Um reflexo dessa incerteza foi o dólar como podemos observar no gráfico abaixo.

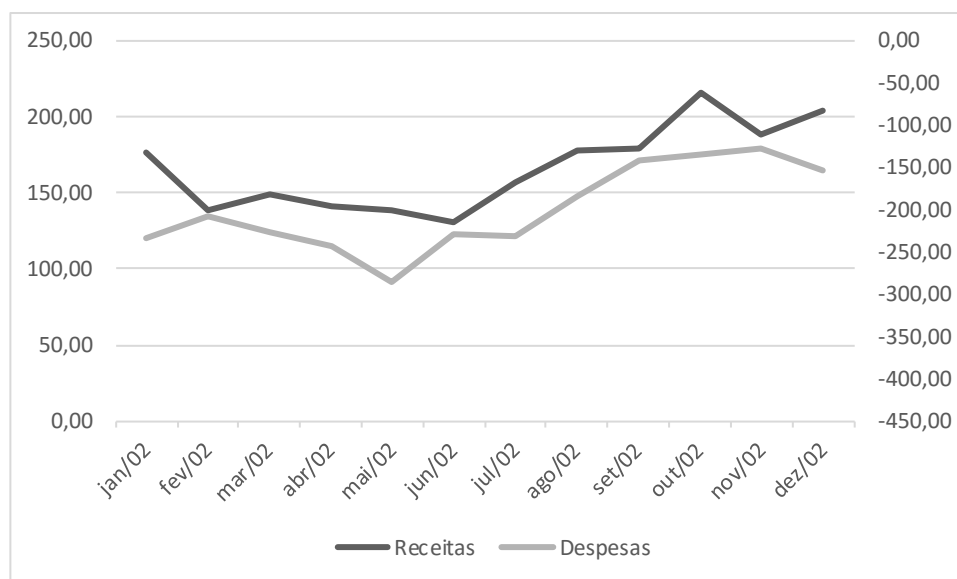
GRÁFICO 2.2



Fonte: Banco Central do Brasil

Após começar o ano estável, compra a R\$2,3058, ao final do ano estava à R\$3,5325, o que representa um aumento de 53,2% nos 12 meses pré, durante e pós eleição. Com isso o Brasil teve uma “virada” nas contas de viagens – da balança de serviços – o maior motivo, certamente foi a alta do dólar, uma diminuição nas viagens para o exterior e um aumento na receita de viagens no Brasil, em que ao final do ano mostrou uma queda nas despesas e aumento nas receitas. Visto no Gráfico 2.3.

GRÁFICO 2.3



Valores em milhões de reais

Fonte: Banco Central do Brasil

Além do setor de viagens pode-se observar um aumento nas receitas de fretes muito provavelmente por conta de contratos atrelados ao dólar e um aumento nas exportações. Em relação às despesas há um acompanhamento das receitas, esse resultado mostra que há algo errado no setor de transportes pois de acordo com que a atividade aumenta, as despesas aumentam em uma taxa parecida, veremos mais a frente que há problemas estruturais no setor além de entender melhor sua movimentação de acordo com a atividade econômica. O setor de seguros, como há um aumento de incertezas acerca da economia, como antes, em 2001, aumenta ao longo do ano, além disso também há uma relação com a atividade econômica, aumento das exportações, seguros de carga entre outros que também veremos mais à frente.

Após as eleições, a vitória de Lula se confirmou e com o real perdendo valor diante ao dólar como comentado acima, muitos já esperavam maus resultados no futuro, para garantir a situação sobre controle, o governo conseguiu junto ao FMI um empréstimo de US\$ 30 bilhões de dólares com o objetivo de disponibiliza-lo no governo Lula na tentativa de acalmar os investidores, o que deu um alívio para o governo ao final do ano.

3.GOVERNO LULA (2003-2010)

3.1 Primeiro Mandato (2003-2006)

O resultado das eleições mostrou que a população não havia ficado satisfeita com tais políticas implementadas no governo anterior¹⁴. O cenário expôs para o Mundo que a economia brasileira iria passar por um “teste de fogo” visto sua situação de extrema desconfiança. O discurso do Partido dos Trabalhadores visando acalmar o mercado, não convenceu os agentes, desconfiados quanto à condução da economia à época. Apesar de, em meados de 2002, Lula já ter nomeado Antônio Palocci como coordenador do programa de governo, um sinal de moderação ao mercado, de modo que, inteligentemente, conduziu conversas com vários economistas e representantes.

O início do governo deu sinais de que o PT do passado¹⁵ estava realmente ficando para trás, com a nomeação de Henrique Meirelles à presidência do Banco Central do Brasil e a manutenção da diretoria anterior. Além disso anunciou as novas metas de inflação dos anos de 2003 e 2004, de 8,5% e 5,5% respectivamente. O que reforçou a política anti-inflacionária. Outra atitude que assegurou um compromisso com a manutenção da política econômica foi um novo aumento da taxa de juros básica para 26,5%. O mercado até então que se apresentava muito “desconfiado” passou a aceitar o compromisso do governo, inclusive com a meta fiscal, onde foram anunciados cortes nos gastos e reajustes das metas de superávits.

O processo de reconstrução da confiança tomou forma, outro fator complementar foi um resultado positivo da balança comercial, muito influenciado pelas desvalorizações que o real vinha sofrendo ao longo dos últimos anos. Um fator observável que ilustra os momentos passados pela economia brasileira é o dólar, diante das incertezas e expectativas, em julho de 2002 sua compra era cotada a R\$3,4277 enquanto a venda estava cotada a R\$3,4285, depois do turbilhão econômico, em junho

¹⁴ Além disso, segundo o Datafolha, no término de seu mandato, 36% de índice de rejeição, 28% de neutralidade e 35% de aprovação, índices considerados altos.

¹⁵ Caracterizado principalmente por discursos radicais de ruptura com os “especuladores” e de “priorizar pagamento do salário do trabalhador ao pagamento dos juros”.

de 2003 o real havia valorizado 16,24% em relação ao dólar, sendo comprado a R\$2,8712 e vendido a R\$2,8720.

O reflexo da desvalorização cambial pode ser notado pelas contas de Viagens internacionais no setor de serviços que apresentou um balanço positivo de US\$218 milhões no ano de 2003(Banco Central do Brasil), claramente afetado pela variação nos últimos anos. Observamos uma diminuição dos gastos dos brasileiros no exterior, o que mostra uma relação direta com o câmbio. Já no caso das receitas, mais a frente veremos que a relação do câmbio não é tão direta no aumento ou diminuição de receitas e sim por outros fatores externos e internos.

No início do governo, Lula se reuniu com economistas e pesquisadores para tratar do assunto quanto às atitudes que poderiam tomar no seu governo, a chamada “Agenda Perdida, diagnósticos e propostas para a retomada do crescimento com maior justiça social” (Diversos autores e participantes,2002) o que contribuiu para o envio das primeiras propostas do governo. Já de início uma proposta de reforma tributária e uma proposta da reforma da previdência. O certo é que iam de acordo com o pensamento dos agentes à época.

“O desempenho da economia brasileira a partir de 2003 foi decisivamente influenciado pela evolução da economia internacional e, face à continuidade do regime de metas de inflação, que tinha sido inaugurado em 1999, também da taxa de câmbio e da inflação. ” (Economia brasileira contemporânea, 2011)

Podemos destacar também a união dos programas sociais e a criação do “Bolsa Família”, programa social que se tornou marca registrada do governo. O desempenho econômico brasileiro ao final de 2003 não foi satisfatório, porém, muito em função do “efeito Lula” como chamavam os economistas. Um crescimento de apenas 0,5% em 2003. Já em 2004, o crescimento foi maior que no não anterior, de 5,0% acompanhado também de um aumento nas contas externas, que passou de um superávit de US\$13,1 bilhões em 2003 para US\$33,7 bilhões no final de 2004.

A partir de 2004 um grande fator externo foi determinante para ajudar o crescimento do país. A China, que antes era somente “mais um” importador de produtos brasileiros, com seu crescimento, ao final do governo Lula se tornou o maior parceiro

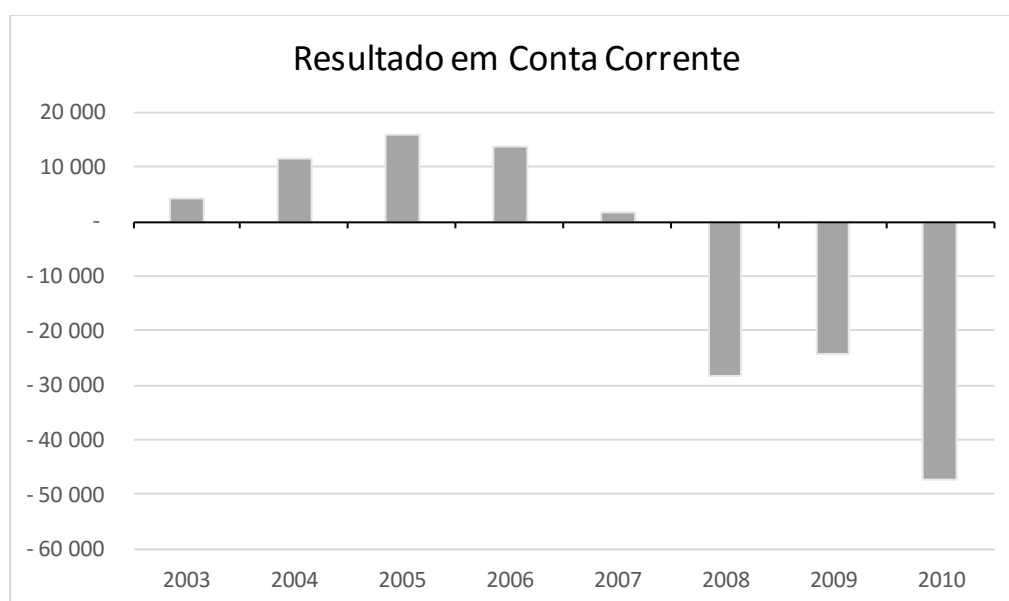
comercial do Brasil. A ascensão chinesa se deveu por conta de dois fatores que, embora inter-relacionados, possuem autonomia e dinâmicas específicas (CARLOS A. DE MEDEIROS, MARIA RITA V. P. CINTRA, 2015). O primeiro foi a rápida expansão urbana, muito forçada pelo próprio governo chinês, junto com ela, a expansão de indústrias pesadas, o resultado foi uma alta de demanda de energia, matéria-prima, entre outros. O crescimento acelerado da China originou o *boom* nos preços das *commodities* no mercado mundial. O impacto desse aumento foi refletido na taxa de juros brasileira em que aumentou de 16% para 19,75% em um ciclo de alta até maio de 2005. A necessidade de aumento nas taxas de juros se deu por conta da pressão por demanda dessas *commodities*. O segundo fator de crescimento da China foi a transformação do país em um centro manufatureiro, transformando-a no maior exportador de bens intermediários e finais, muito em conta dos aumentos de participação nas exportações de países da América Latina e da África (UNCTAD, Handbook, 2013). É importante ressaltar a China pois foi o grande personagem mundial do período, além disso é fundamental para o desempenho econômico do Brasil durante o período. O Brasil ainda assim apresentou falhas na condução de certas políticas, porém foram mascarados pelo “efeito China”.

A condução da política fiscal no início do governo em 2003 pareceu mudar em relação aos governos anteriores, o gasto primário total caiu mais de 3%. Apesar do início promissor, já em 2004, houve um grande aumento financiado pelo aumento da carga tributária, o filme parecia se repetir como em governos anteriores. Títulos indexados à Selic diminuíram seu peso em relação às contas públicas, em compensação, títulos prefixados e atrelados ao índice de preços contribuíram para o aumento da dívida pública.

O desempenho da balança comercial no governo Lula foi motivo de destaque para economia, não só pela sua performance ao longo dos seus mandatos, mas também pelas suas características. Pode-se destacar a evolução das exportações e importações, muito em função dos preços das *commodities* no mercado internacional. Com o grande aumento da demanda por bens primários houve uma redução na participação de produtos manufaturado nas exportações. (FABIO GIAMBIAGI, ANDRÉ VILLELA, LAVINIA B. DE CASTRO e JENNIFER HERMANN, 2011)

Apesar de, no período, ter havido um aumento nas exportações, alguns fatores prejudicaram o aproveitamento desse crescimento. Apreciação cambial, extremamente relevante, demanda interna e um maior crescimento do PIB geraram uma deterioração gradual no resultado em conta corrente. Ao longo do mandato do presidente Lula podemos observar uma clara deterioração a partir de 2006/07 no Resultado em conta corrente, ilustrado no gráfico abaixo.

GRÁFICO 3.1



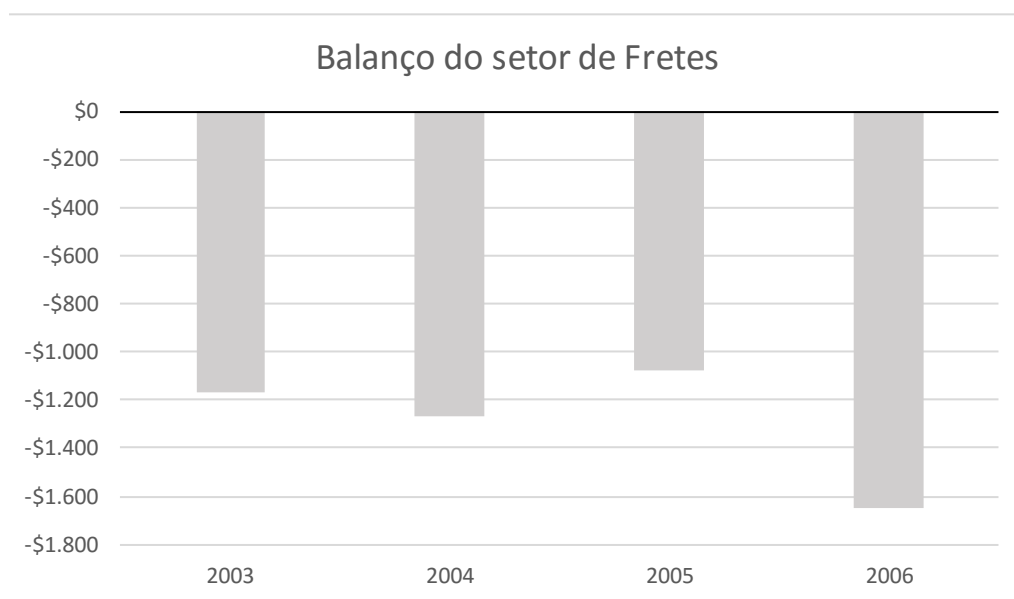
Fonte: Banco Central do Brasil

A deterioração em conta corrente, como dito antes teve influência da apreciação cambial ao longo do período. Talvez o fator chave para a grande queda tenha sido o incentivo ao consumo interno, o governo, entre suas medidas populistas para sustentar sua popularidade, com o bolsa família, fazia da transferência de renda um instrumento e não um auxílio para manutenção da atividade econômica interna, o que gerou aumento no consumo.

A mudança no cenário, coincidiu com a queda do ex-ministro Antonio Palocci e como consequência, uma mudança no discurso da política economia do governo, com uma direção pró consumo e não a favor dos ajustes que estavam sendo feitos. Durante o período foi possível observar uma expansão fiscal, com aumento dos gastos do governo e também uma expansão do crédito.

Na balança de pagamentos brasileira observamos, ao longo dos 4 anos, uma piora nos resultados de fretes (ignorando o subitem “Passagens” no item de Transportes) com exceção do ano de 2005, ilustrado no gráfico abaixo. Os valores mostram que o Brasil ainda está longe de diminuir os custos relativos ao setor de transporte, acima de US\$1 bilhão em todos os anos.

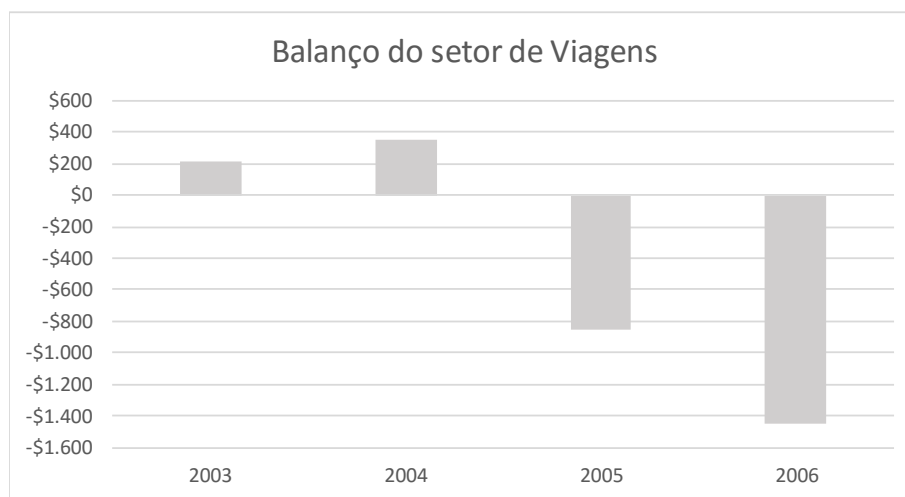
GRÁFICO 3.2



Fonte: Banco Central do Brasil
Valores em milhões de dólares.

Em relação às viagens internacionais, observa-se também uma piora nas contas ao longo dos anos, muito por conta do aumento nas despesas com viagens. Um dos fatores que podem ser usados como justificativa seria o das políticas de incentivo ao consumo, enquanto que ao se tratar de receitas, há um aumento condizente com o cenário internacional.

GRÁFICO 3.3

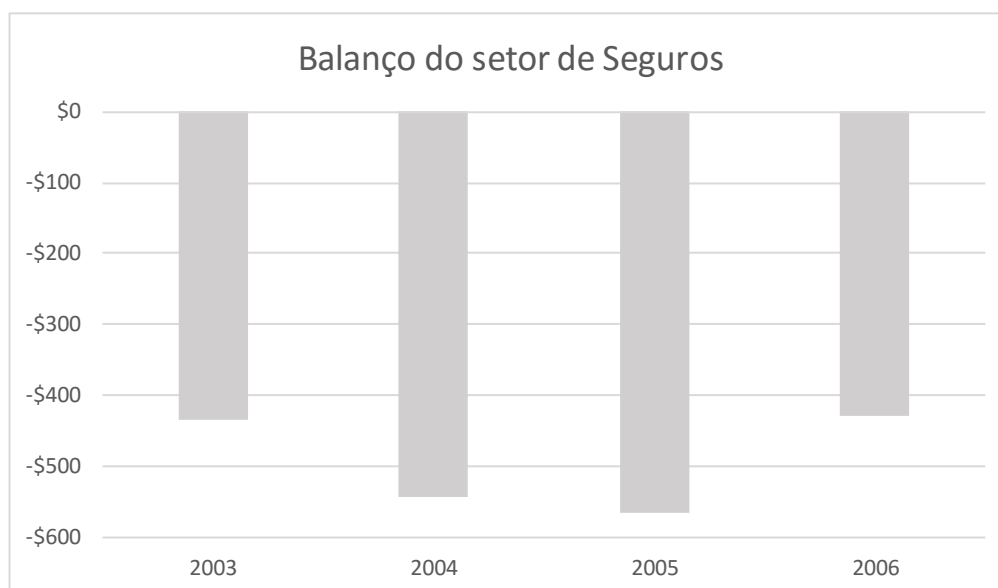


Fonte: Banco Central do Brasil

Valores em milhões de dólares

Além dos itens acima, o setor de seguros foi o único que apresentou um equilíbrio melhor, muito se deve à quantidade de mercadorias transportadas. Ainda assim há um relativo equilíbrio no que se trata de crescimento de receitas e despesas, porém, abaixo do desejado, com um balanço negativo anual médio de US\$494 milhões durante o período como mostrado no gráfico 3.4.

GRÁFICO 3.4



Fonte: Banco Central do Brasil

Valores em milhões de dólares

3.2 Segundo Mandato (2007-2010)

O segundo mandato de Lula, como acima explicado, foi muito diferente do primeiro. Antes concentrado em ajustes fiscais (principalmente até a metade), e então uma mudança de pensamento, preferindo incentivo de gastos do governo e consumo das famílias. A taxa de variação real do gasto Público aumentou expressivamente em comparação com o mandato anterior, destaque para aumento do funcionalismo público, ou seja, gastos recorrentes. Em um mecanismo parecido com as “bandas” em torno da meta de inflação, o superávit primário parou de ser perseguido, o objetivo passou a ser a “meta” em volta do valor acordado. Além disso, várias atitudes do ministério da Fazenda e do Banco Central se mostraram desconexas e divergentes acerca da política monetária. Planos de longo prazo com objetivo de conter as despesas e atingir um equilíbrio fiscal efetivo foram abandonados, assim como a retórica dos ministros começou a diferir das políticas adotadas pelo governo FHC. Depois de todos esses fatores, o aumento do gasto foi reforçado com um incentivo de atividade do BNDES na economia, passando a emprestar mais, e fornecer maiores empréstimos para as empresas, projetos, etc. (GIAMBIAGI ET AL, 2011).

O novo ministro da Fazenda, Guido Mantega, mesmo antes de assumir o cargo, com um pensamento de política desenvolvimentista se mostrou preocupado com as taxas de juros, que desejava diminuir a qualquer custo inclusive publicamente deixou claro que era seu principal objetivo:

“(...)enquanto o BC baixar juros, estaremos sintonizados, perfeitamente sintonizados”

(O Estado de São Paulo, 06/12/2005)

Além da preocupação com a taxa de juros, havia também por parte do ministro uma preocupação com a taxa de câmbio. A recente valorização da moeda dificultava o poder de negociação dos exportadores no Brasil, conseqüentemente, sua perda de competitividade no mercado interno. Mantega, junto com outros ministérios concordou em reduzir a meta de superávit primário, para assim segundo seus argumentos, dar sustentabilidade à dívida pública.

O fato que pode ser considerado ilustrativo para o período que viria a se seguir foi a criação do PAC¹⁶, que serviu principalmente para a ampliação do gasto público em infraestrutura com fins de estimular o crescimento e melhorar as condições para o investimento privado, além de aumentar os gastos públicos, serviu para diminuir a receita por meio de estímulos para as empresas, aproximadamente R\$6,6 bilhões só em 2007 deixaram de ser arrecadados. Além dos estímulos citados acima, também se desejava a criação de empregos, aumentando a distribuição de renda. Para o governo, todo o gasto seria “compensado” com um crescimento econômico gerando mais renda, empregos, etc.

Até 2008 o crescimento se manteve alto a ponto de uma significativa acumulação de reservas, maior inclusive que a dívida externa líquida do país. Porém o acúmulo de reservas não era totalmente natural, ao ponto que a insistente valorização da moeda possibilitou esse cenário. Além disso, o desempenho na balança comercial, destaque do governo Lula se deu ao “boom” dos preços das *commodities* e não à evolução do “quantum” das exportações e importações. No texto de Carlos A. de Medeiros e Maria Rita V. P. Cintra (2015) é destacado o papel da China como maior parceiro comercial dos países exportadores de commodities.

“Os países da América do Sul aproveitaram as novas condições externas para elevar sua taxa de crescimento e expandir os mercados internos. O forte crescimento dos fluxos financeiros que se afirmou no período se deu num contexto de elevação simultânea das exportações reduzindo a fragilidade externa anterior(...). Com a crise global de 2008 e persistente contração da União Europeia nos anos posteriores o crescimento das importações chinesas tornou-se ainda mais significativo para a região e para a sustentação geral dos termos de troca.”

Na crise econômica mundial, as consequências não foram tão graves para o Brasil, com implementações de políticas de caráter anticíclico a situação se manteve sob certo controle. Com as políticas anticíclicas, o Brasil deteriorou suas contas nacionais, os resultados em conta corrente, por conta principalmente da apreciação cambial e

¹⁶ Programa de Aceleração do Crescimento, instituído pelo Decreto nº 6.025 de 22 de janeiro de 2007 com o objetivo de estimular o investimento privado e melhorias na infraestrutura.

também das políticas de estímulo ao crescimento via consumo. Outro ilustrador do aumento de gastos foi o programa de transferência de renda, O Bolsa Família que, sem muitos critérios, transferiu renda para as famílias mais pobres estimulando seu consumo, política adotada principalmente para manutenção da popularidade do governo. O resultado foi um crescimento no consumo maior que o crescimento do PIB (contrário ao que acontecia nos primeiros anos do governo). A partir do ano de 2005 a receita do governo passou a ser menor que a despesa primária, mostrando uma irresponsabilidade fiscal.

Ao longo do governo Lula, o Brasil assumiu um novo papel na economia mundial, junto com os fatores que ocorreram ao longo do período como o crescimento da China e sua influência no mundo (e no Brasil¹⁷), descobertas de petróleo do pré-sal, escolhas do Brasil para sediar a Copa do Mundo de 2014 e também as Olimpíadas de 2016, além da resistência do país à crise de 2008/2009, o que melhorou a imagem no setor externo, mesmo causando uma recessão em dois trimestres em 2009, pois não houve um reflexo total no país, como aumento da inflação ou desequilíbrio no Balanço de Pagamentos como em anos anteriores, além de queda nos níveis de consumo.

Em contrapartida com o momento econômico, ao final do mandato de Lula, certos indicadores demonstraram que a realidade não era tão “graciosa” como imaginava-se, taxas de investimento parecida com a do início do governo FHC, poupança continuava baixa, problemas persistentes no INSS e nas projeções. Quanto a política fiscal, retrocedeu em relação ao início do mandato, pois a real preocupação com o câmbio se baseava nos títulos fixados a ele, que, ao longo dos tempos foi diminuindo, junto com aos atrelados à Selic, porém em compensação, títulos prefixados e indexados ao Índice de preços, ou seja, dois títulos correlacionados “se compensaram”.

Mesmo com o PAC e incentivos ao consumo, devido à má organização brasileira, pouco se acrescentou às condições de manutenção de crescimento do Brasil. A melhoria da infraestrutura, mal planejada e mal executada só serviu para aquecer a economia durante o período estimulando o crescimento das empresas de construção e ignorando

¹⁷ De 1999 a 2010 houve um aumento de 1,4% para 15,2% da participação das exportações para a China do Brasil.

outras empresas dos setores básicos da economia. Portos deixaram de receber melhorias, o Brasil, desde sua recente história falhou em uma política de desenvolvimento que tivesse como objetivo facilitar as condições para a entrada de capital no país, o medo e excesso de protecionismo contribuíram para a intoxicação do sistema econômico nacional. O estímulo à dependência do governo fez com que empresas deixassem de entrar no Brasil e contribuíssem para o real aumento de empregos e estímulo de atividade econômica.

Peço um momento de reflexão acerca de um belo exemplo de estímulo à economia que me marcou diante do meu fascínio com a indústria de aviões foi o recente caso de construção de uma planta de fabricação da Boeing em Washington State¹⁸, onde o estado concedeu estímulos, subsídios¹⁹ para a empresa de aviões e não só para a empreiteira. A construção da fábrica e da infraestrutura em termos logísticos gerou direta e indiretamente 2000 novos empregos fixos e temporários (estima-se que metade para temporários e, conseqüentemente a outra metade para fixos). Além de aumento de exportações e várias outras conseqüências a que não cabe se alongar.

4.O SETOR DE SERVIÇOS NÃO-FATORES

4.1 Introdução

Esta seção do trabalho cabe demonstrar as relações dos caminhos percorridos pelos fatores comentados anteriormente ao um setor específico da Balança de Pagamentos do Brasil, responsável em partes pelo desenvolvimento econômico do Brasil, os números apresentados pela balança de serviços não fatores podem ilustrar a situação econômica vivida na época, em que o potencial de crescimento não foi completamente explorado. Os serviços não-fatores é um item da conta corrente dentro do Balanço de Pagamento brasileiro onde são registradas transações relacionadas com o mercado externo, nesse estudo falaremos de Viagens Internacionais, Setor de Seguros e por fim Transportes. Os itens citados da balança apresentam um histórico de déficits

¹⁸ <http://fortune.com/2016/05/20/boeing-factory-777x-jetliner/>

¹⁹ <http://www.seattletimes.com/seattle-news/politics/boeing-saved-305-million-last-year-from-state-tax-breaks/>

desde o início da contabilização das contas nacionais. Com simples regressões em M-Q-O em primeira diferença veremos as relações dos itens com fatores da economia para que assim possamos entender melhor sua trajetória assim como esclarecer como melhorar os setores para um aproveitamento melhor na economia.

4.2 Viagens Internacionais

O item de Viagens Internacionais, organizando em receitas e despesas, para o primeiro, registra os valores dos bens e serviços adquiridos dentro do território nacional por viajantes estrangeiros, para as despesas são considerados os gastos de viajantes no exterior (Banco Central do Brasil).

Com um crescimento econômico é razoável observarmos um aumento de atividades com relação a viagens internacionais, durante o período de governo do Presidente Lula observamos o câmbio apreciado, porém, entre o período de 2005 e 2006, não só a conta das despesas, que aumentou em aproximadamente 22%, como as contas de receitas somaram um saldo 11,8% superior em relação ao ano de 2005. Além disso, nos anos posteriores também houve um aumento na atividade.

TABELA 4.1

Ano	Receitas	Despesas
1999	1.628	-3.085
2000	1.810	-3.894
2001	1.731	-3.199
2002	1.998	-2.396
2003	2.479	-2.261
2004	3.222	-2.871
2005	3.861	-4.720
2006	4.316	-5.764
2007	4.953	-8.211
2008	5.785	-10.962
2009	5.305	-10.898
2010	5.702	-16.420

Fonte: Banco Central do Brasil

Valores em milhões de US\$

Podemos observar um grande aumento ao longo dos anos, apesar de existir muitos fatores que exigem um maior trabalho para mensurar como um determinado índice de preços relativos de certos itens comparáveis, o objetivo é quantificar as

relações com os principais fatores estudados no trabalho como atividade econômica (PIB) e câmbio.

Para estimar os efeitos nas despesas, vamos testar econometricamente com duas variáveis, para quantificar o efeito-preço e outra para o efeito-renda sobre as despesas dos brasileiros no exterior. Cabe citar o trabalho de Wilson A. Rabahy, José Carlos D. da Silva e Moisés D. Vassallo de agosto de 2008²⁰ que serviu de base para a estimação. Temos para despesas:

$$D = D(c, Y)$$

As despesas estão em função, em termos agregados, da renda (Y , representado pelo PIB para mensurar o efeito-renda) e a taxa de câmbio no período (c , para mensurar o efeito-preço). É de se esperar uma relação negativa com o câmbio, visto que, quanto menor a taxa, mais brasileiros gastam no exterior, enquanto que no caso de Y , uma relação positiva de, quanto maior a renda representaria um aumento também nas despesas. Para completar, foram incluídas *dummies* sazonais para cada mês do período analisado.

Para as receitas, temos:

$$R = R(c, EXP)$$

No mesmo caso das despesas vamos mensurar um efeito-renda e efeito-preço, para o câmbio representando o efeito-preço, porém, ao invés de ter uma relação negativa com a variável dependente, neste caso terá uma relação positiva. A outra variável será a de exportações (EXP , capturando o efeito-renda-mundo) refletindo o momento econômico mundial.

A relação das despesas foi estimada por MQO aplicando uma primeira diferença nas séries, além disso, foram aplicadas uma defasagem em relação ao PIB e duas defasagens sobre o câmbio. O símbolo Δ representa o operador de primeira diferença, enquanto que β_0 representa o coeficiente linear da equação, os seguintes representam

²⁰ “Relações Determinantes sobre as Despesas e as Receitas da Conta de Viagens Internacionais do Balanço de Pagamentos Brasileiro”.

a sensibilidade das despesas em relação ao parâmetro testado. O parâmetro dt representa as *dummies* sazonais para cada mês m .

$$\Delta D_t = \beta_0 + \beta_1 \Delta c_t + \beta_2 \Delta Y_t + \beta_3 \Delta c_{t-1} + \beta_4 \Delta Y_{t-1} + \beta_5 \Delta c_{t-2} + \sum_{m=1}^{12} dm$$

Os resultados das regressões apresentaram seguintes resultados:

TABELA 4.2

	<i>Coeficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>razão-t</i>	<i>p-valor</i>	
Constante	0,117023	0,0431965	2,7091	0,0078	***
$\Delta c(t)$	-1,12203	0,214979	-5,2193	<0,0001	***
$\Delta c(t-1)$	-0,422245	0,207059	-2,0392	0,0437	**
$\Delta c(t-2)$	0,132679	0,21422	0,6194	0,5369	
$\Delta Y(t)$	0,541448	0,291323	1,8586	0,0656	*
$\Delta Y(t-1)$	-0,0516318	0,292941	-0,1763	0,8604	
R-quadrado	0,45053				
F(17, 116)	5,594846				
P-valor(F)	4,99E-09				

Pelos resultados pode ser comprovado que o há uma correlação inversa entre câmbio e as despesas dos brasileiros com viagens internacionais, estatisticamente significativa. Podemos ver que a hipótese de que o câmbio influencia nas despesas é aceita. Com relação à renda influenciar as despesas, não se pode confirmar com certeza, porém é plausível que ela pode não ser um fator determinante para as despesas dos brasileiros. No caso das receitas a equação e os resultados foram:

$$\Delta R_t = \beta_0 + \beta_1 \Delta c_t + \beta_2 \Delta EXP_t + \beta_3 \Delta c_{t-1} + \beta_4 \Delta EXP_{t-1} + \beta_5 \Delta c_{t-2} + \sum_{m=1}^{12} dm$$

TABELA 4.3

	<i>Coeficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>razão-t</i>	<i>p-valor</i>	
Constante	0,0574275	0,0297874	1,9279	0,0563	*
$\Delta c(t)$	0,0325358	0,145754	0,2232	0,8238	
$\Delta c(t-1)$	-0,188468	0,14985	-1,2577	0,211	
$\Delta c(t-2)$	-0,202084	0,155273	-1,3015	0,1957	
$\Delta EXP(t)$	0,362001	0,0837014	4,3249	<0,0001	***
$\Delta EXP(t-1)$	-0,17249	0,0871152	-1,9800	0,0501	*
R-quadrado	0,607573				
F(17, 116)	10,56447				
P-valor(F)	1,44E-16				

Os resultados mostram uma relação até surpreendente entre câmbio e receitas das viagens, mostrando que a relação não é estatisticamente significativa. Além disso, vemos que o aumento da renda internacional é significativo na relação com o aumento das receitas, ou seja, maior número de viagens para o Brasil. Há inúmeros aspectos não observáveis como distância entre os países e o câmbio e momento econômico de cada país, porém é possível observar um princípio de diferença de comportamento no brasileiro, de viajar somente quando a moeda está valorizada e não quando a economia está permitindo o movimento, esse comportamento pode significar em partes motivado por um baixo poder de compra do brasileiro no próprio país, por exemplo, enquanto nos outros países somente se faz plausível uma viagem caso as condições da economia favoreçam a viagem.

4.3 Seguros

As contas do setor de seguros do Brasil, segundo a definição do Banco Central do Brasil descrevem-no como seguros sobre transporte internacional de mercadorias, resseguros e outras modalidades. As receitas são prêmios e indenizações recebidos por agentes exteriores, enquanto as despesas referem-se aos prêmios e indenizações pagos por empresas dentro do território nacional ao exterior.

A trajetória das empresas de seguro no Brasil começa em 1808, com a Companhia de Seguros Boa Fé e Companhia de Seguros Conceito Público (ABREU E FERNANDES,2010). Com o aumento no número de exportações de café, houve a necessidade da regularização do setor de Seguros no Brasil, inicialmente focado nos seguros marítimos.

Com a criação do Plano Real e estabilização da inflação, ruim para as empresas visto que cálculo nos preços e prêmios são prejudicados, a participação do mercado, que antes era de 1% no PIB, em 1994 subiu para 2% e em 2004 já era de 3,4%. (LEVY E PEREIRA,2007). Ainda com o crescimento nos últimos anos, o setor de seguros no Brasil, proporcionalmente, não é comparável aos de Chile e Argentina em relação ao seu desenvolvimento.

Porém, há de se destacar que o Brasil, em termos geográficos (principal catalisador dos contratos de seguros) não apresenta grandes riscos para mercadorias, também há o fato de até 2008 havia um monopólio de seguradoras nacionais, desequilibrando o mercado. Além disso segundo o documento Global Reinsurance – Segment Review de 2013, até 2012 ainda havia muitas barreiras para entrada de companhias vindas do exterior para o setor de Seguros e Resseguros. Talvez, o excesso de controle do mercado explique os resultados inexpressivos na conta da Balança de Pagamentos e também os resultados nas regressões que vem a seguir.

Para receitas, trataremos a variação das receitas com variação do, PIB e também exportações.:

$$\Delta R_t = \beta_0 + \beta_1 \Delta Y_t + \beta_2 \Delta EXP_t + \beta_3 \Delta Y_{t-1} + \beta_4 \Delta EXP_{t-1}$$

TABELA 4.4

	Coeficiente	Erro	razão-t	p-valor	
const	2,70081	1,10036	2,4545	0,0155	**
$\Delta Y(t)$	-0,552651	11,7395	-0,0471	0,9625	
$\Delta Y(t-1)$	1,91429	11,7867	0,1624	0,8712	
$\Delta EXP(t)$	-0,28251	4,56903	-0,0618	0,9508	
$\Delta EXP(t-1)$	-1,937	4,61159	-0,4200	0,6752	
R-quadrado	0,019149				
F(5, 128)	0,49978				
P-valor(F)	0,775946				

Pelos resultados, podemos perceber que não é possível estimar uma correlação entre as variáveis e a receita de seguros na Balança de Pagamentos Brasileira a partir deste modelo simplificado. Vemos agora para despesas:

$$\Delta D_t = \beta_0 + \beta_1 \Delta Y_t + \beta_2 \Delta EXP_t + \beta_3 \Delta Y_{t-1} + \beta_4 \Delta EXP_{t-1}$$

TABELA 4.5

	Coeficiente	Erro	razão-t	p-valor	
const	-0,359795	6,50589	-0,0553	0,956	
$\Delta Y(t)$	-2,58108e-	0,000722	-0,0358	0,9715	
$\Delta Y(t-1)$	0,0015881	0,000724	2,1929	0,0301	**
$\Delta EXP(t)$	-0,0075387	0,002036	-3,7026	0,0003	***
$\Delta EXP(t-1)$	0,0070445	0,002097	3,36	0,001	***
R-quadrado	0,131604				
F(5, 128)	3,879634				
P-valor(F)	0,002626				

A regressão mostra que pelo lado das despesas há uma relação estatisticamente significativa com o produto e com as exportações do período anterior, há de se esperar pois o crescimento robusto da renda aumenta os gastos, e atividade que antes não havia, ainda assim a correlação é forte com períodos anteriores, visto que os seguros são pagos em datas diferentes ao contrato.

Apesar da tentativa de estimar as correlações das variáveis talvez, a maneira mais correta de estima essas correlações seja tratando os prêmios de seguro como variável dependente. No trabalho de Renan S. Bernardes de 2014, o autor estima as relações dos prêmios por MQO e acha uma correlação expressiva entre PIB, Taxa de Juros e a variação dos prêmios dos seguros, fora isso também estima a defasagem e suas relações entre os períodos.

4.4 Transportes

Entre os itens tratados no trabalho, o de Transportes é o que apresenta maior contribuição para a economia, predominantemente composto pelas operações de fretes marítimos, focaremos, na discussão dessas operações.

Abro espaço para citar o início do trabalho de Hernani Goulart Fortuna, avô que inspirou o tema do trabalho, que em sua monografia de conclusão de curso em 1969, tratou da Política Brasileira para o Frete Marítimo Internacional.

“Em épocas distantes o mar constituía uma barreira à comunicação entre as nações. Entretanto, o homem aprendeu a navegar e foi aberto um notável capítulo na história da civilização dos povos. O mar deixou de ser uma barreira e passou a constituir um elemento poderoso na integração das coletividades. Surgiram os desejos de conquista e a necessidade de intercâmbio comercial. “ (FORTUNA, A Política Brasileira para o Frete Marítimo Internacional, 1969)

É de se destacar que desde a metade do século XX, apesar das condições geográfica favoráveis, das tradições navais dos colonizadores, nunca houve o desenvolvimento de uma Marinha Mercante (à época) poderosa. O brasileiro, ao contrário de muitos jamais foi imbuído de uma verdadeira mentalidade marítima, apesar de ser um fator de grandeza e desenvolvimento para muitos.

Segundo o BCB os as receitas dos transportes, além dos serviços de transportes de cargas internacionais, originam do transporte de exportações realizado por embarcações de bandeira brasileira. No caso das despesas, os pagamentos pela utilização de embarcações de bandeira estrangeira nas importações brasileiras, além disso o transporte entre portos no território nacional. Além dos fretes em si, se consideram as receitas e despesas com combustíveis, manutenção, reparos e serviços auxiliares nas operações.

A área de transportes no Brasil apresenta grandes limitações para o crescimento e expansão do setor, um dos contribuintes chave para as condições de expansão da economia. Em 2001, com o Brasil representando a 10ª maior economia do Mundo, representava apenas a 19ª colocação da tonelagem total de navios no mundo (UNCTAD,2001).

“Observa-se que para atender a demanda por serviços portuários é necessário promover avaliação do desempenho da gestão destes serviços e projetar a evolução do crescimento desta demanda, considerando sua relação direta com o comportamento do comércio exterior brasileiro, haja vista que cerca de 90% dos fluxos com o mundo exterior passam pelos

portos. Por outro lado, os investimentos portuários devem estar alicerçados em diagnósticos que permitam a segurança necessária para a aplicação dos recursos. As instalações portuárias não são compatíveis com o nível de desenvolvimento da economia, nem com as necessidades do comércio exterior. “ (NETO, Análise do Transporte de Carga Marítimo Brasileiro de Longo Curso com relação à participação e a perda de espaço no cenário Mundial, 1969)

A constatação do autor acima reflete a necessidade do Brasil a se adequar ao cenário mundial, em grande parte podemos destacar o excesso de controle governamental dos portos gerando burocracias e falhas de investimento. O processo, é lento e não permite uma competição com o setor externo. Apesar de haver inúmeras limitações, o setor de transportes no Brasil apresentou um aumento, em suas receitas e despesas, este segundo que poderia ser diminuído com uma maior abertura ao mercado, seja para receber navios estrangeiros ou para a melhora da infraestrutura portuária brasileira.

Além de tudo é importante destacar fatores responsáveis pelos altos gastos no processo dos transportes, como alto custo do combustível marítimo, mesmo previsto na Lei nº 9.432, de 1997, o incentivo para redução desse custo não é implementado, diferenciais de custos operacionais do navio e altos custos portuários incidentes sobre o valor do fretes, baixa prioridade de acesso aos portos e dificuldade de financiamento, outros exemplo importante é o envelhecimento da frota (por falta de incentivos), pequena escala de operação, inexistência de algumas frotas. Isso são só alguns dos inúmeros citados nos trabalhos estudados. (G. Fortuna, Hernani, 1969 e F. Neto, Ricardo, 2010)

Apesar disso devemos também analisar algumas das relações causais do aumento das transações no setor de transportes para melhor entendimento, se, de fato, variáveis macroeconômicas podem influenciar no mercado de transportes, apesar de haver uma possível existência das duas serem correlacionadas entre si.

Iremos estimar a equação das receitas do setor de transportes considerando o logaritmo das receitas como variável dependente e nas variáveis da regressão, no caso *Baltic Dry Index*²¹, PIB, e também o câmbio.

$$\log(R_t) = \beta_0 + \beta_1 \log(Y_t) + \beta_2 \log(BDI_t) + \beta_3 \log(Y_{t-1}) + \beta_4 \log(BDI_{t-1})$$

TABELA 4.6

	Coeficiente	Erro	razão-t	p-valor	
const	-7,66878	0,436949	-17,5507	<0,0001	***
log_Y(t)	0,555589	0,258004	2,1534	0,0332	**
log_Y(t-1)	0,44284	0,259585	1,706	0,0905	*
log_BDI(t)	-0,0930957	0,060063	-1,5500	0,1237	
log_BDI(t-1)	0,261903	0,06018	4,352	<0,0001	***
log_c(t)	0,593018	0,255808	2,3182	0,022	**
log_c(t-1)	0,0289555	0,25321	0,1144	0,9091	
R-quadrado	0,923637				
F(5, 128)	254,0038				
P-valor(F)	7,44E-68				

Os resultados da regressão são bastante satisfatórios visto que há um R quadrado alto para as variáveis escolhidas e todas apresentam um mínimo nível de significância estatística na relação de causalidade entre elas. Diferente das regressões anteriores é possível tirar conclusões relativamente concretas observando a tabela.

No que se tratando das despesas a equação envolverá, além de os logaritmos do produto e do câmbio, o log de sua defasagem, muito porque como a infraestrutura é quase fixa durante o período, mostra que há uma correlação direta entre o gasto anterior com os gastos no período t.

$$\log(D_t) = \beta_0 + \beta_1 \log(D_{t-1}) + \beta_2 \log(Y_t) + \beta_3 \log(c_t) + \beta_4 \log(Y_{t-1}) + \beta_5 \log(c_{t-1})$$

²¹ É um indicador econômico emitido diariamente pela Bolsa de Londres. Não restrito a países do Mar Báltico, o índice fornece "uma avaliação" do preço de movimento das principais matérias-primas por mar. É um ótimo índice para medir o "quanto a economia mundial está "aquecida".

TABELA 4.7

	Coeficiente	Erro	razão-t	p-valor	
const	-1,09276	0,407735	-2,6801	0,0083	***
log_D(t-1)	0,383954	0,082088	4,6773	<0,0001	***
log_Y(t)	0,575289	0,221402	2,5984	0,0105	**
log_Y(t-1)	-0,127817	0,243324	-0,5253	0,6003	
log_c(t)	0,0206852	0,213907	0,0967	0,9231	
log_c(t-1)	-0,205167	0,213749	-0,9599	0,339	
R-quadrado	0,920577				
F(5, 128)	294,408				
P-valor(F)	4,86E-68				

É possível analisar que o modelo apresenta dois resultados interessantes, onde a variável dependente possui uma forte relação causal com sua defasagem e talvez pouco significativa em relação ao PIB, fora isso, o modelo nega que o câmbio tenha influência nas despesas, o que é plausível visto que os gastos são relacionados às operações portuárias, majoritariamente e, considerando que transportes envolvem outros fatores, o câmbio talvez não seja tão relevante para os gastos.

5.CONCLUSÃO

O governo de Fernando Henrique Cardoso foi de extrema importância para nos fornecer as bases para as políticas ao longo do século XXI, desde a implementação do Plano Real até o final de seu mandato. Tentou implementar políticas e costumes econômicos que se sustentaram até certo ponto da economia, em 1994, havia o regime de câmbio fixo, abertura da economia, equilíbrio fiscal e outros compromissos para com a economia, todos os processos, apesar de corretos, alguns, talvez não tenham sido conduzidos da maneira adequada. Outros deram certo, como a privatização da Companhia do Vale do Rio Doce.

Para o equilíbrio fiscal, principal problema do país, não houveram grandes mudanças, como medida paliativa, em 1996 foi criada a CPMF o que provou ser ineficiente.

A partir de 1999 foi necessário a criação de um novo “compromisso” com os agentes externos para manutenção da credibilidade. Com isso, o regime de metas de

inflação foi anunciado e melhorou parte da credibilidade com o setor externo, fornecendo boas condições para o crescimento da economia.

A evidência narrativa possibilitou nos mostrar que até o final do primeiro mandato do ex-presidente Lula, a manutenção do regime de metas e do tripé macroeconômico, com política fiscal (parcialmente) contracionista, câmbio flutuante e a própria manutenção do regime foi bem-sucedido na ancoragem das expectativas do mercado. Porém por necessidade política e popular, foi constatado um afrouxamento na condução da política que resultou na abertura das condições para o cenário atual.

O foco do trabalho foi acrescentar informações, melhorar a compreensão e motivar a discussão do tema abordado. Estamos vivendo em um período bastante conturbado da economia e da política brasileira, muito influenciado pelos rumos e decisões tomadas ao longo do período abordado no trabalho. À época as políticas foram bastante elogiadas, talvez por uma falta de padrão que tivemos ao longo da história, a popularidade alcançada e, em teoria, um final de período com a política econômica bem-sucedida e um sucesso na condução da política econômica. Como está sendo comprovado atualmente, os tempos de glória não duraram, no trabalho, identificamos alguns aspectos que foram responsáveis pelo atual momento e também destacamos que a falta de infraestrutura dificulta o desenvolvimento da economia, há certas relações que não podemos ignorar, como no caso dos Transportes, frete marítimo que move a economia mundial e é extremamente importante para um país que almeja grandiosidade. Apesar de todos os problemas que passamos atualmente, mesmo podendo ser considerada a maior recessão da história do país, não se deve tirar os méritos de dois presidentes que, mesmo com suas falhas conduziram o país até onde nunca estivera antes e talvez, se não fosse por essas políticas, nem sonharíamos em estar onde nos encontramos hoje. O consumo das famílias foi estimulado diretamente e não indiretamente, porém com esses erros é possível que em um início de um novo ciclo se faça o correto.

Os erros ilustraram que a insistência da ortodoxia econômica no momento é o mais correto a se fazer, caso contrário os país não irá ter condições de se tornar uma verdadeira potência na América do Sul. Com uma infraestrutura precária, níveis de

investimento altos, porém mal alocados, excesso de empresas estatais, desestímulo ao livre mercado, altas cargas tributárias, o Brasil, se não fosse a alta nos preços das *commodities* e a consecutiva melhora nos resultados da Balança Comercial, talvez não teria crescido do jeito que cresceu.

Portanto, mesmo com as condições atuais, deve-se aprender com os erros de atitudes anteriores, é necessária uma melhor organização na condução dos investimentos, das políticas e economia. As condições atuais, apesar de parecerem desanimadoras são melhores que em tempos passados. Os últimos acontecimentos forneceram para a população uma maior consciência política, nos resta esperar para que nos próximos anos vejamos uma nova geração de políticos e eleitores mais bem informados acerca das políticas necessárias para um crescimento e caminho para o sucesso não irão repetir os erros do passado e, assim, realmente “fazer” o Brasil crescer.

Referências Bibliográficas

Mankiw, G. N. (1999). “Introdução à Economia”. *Rio de Janeiro: Editora Campus*

Blanchard, O. (2011). “Macroeconomia”. *Brasil: Editora Pearson Education BR – 5ª Edição.*

Abreu, M. P.; Werneck, R. L. F. (2005). “*The Brazilian economy from Cardoso to Lula: An interim view*”. *Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Estudo concluído em outubro de 2005.* < <http://www.econ.puc-rio.br/pdf/td504.pdf>>.

Neto, R.F. (2010). “Análise do transporte de carga marítimo brasileiro de longo curso com relação à participação e a perda de espaço no cenário Mundial”. *COPPE/UFRJ – Tese de mestrado apresentada em fevereiro de 2010.*

Fortuna, H. G. (1969). “A política brasileira para o frete marítimo internacional”. *Escola de Guerra Naval – Trabalho apresentado em 1969.*

Pereira, L. V. (2002). “O Desafio das Exportações: Exportações de Serviços Comerciais Brasileiros - Desafios para a Formulação de uma Política Comercial”. *BNDES – Pesquisa.*
<http://www.bndespar.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro_desafio/Relatorio-12.pdf>.

Gonçalves, A. C. P. (2004). “Déficit externo é mau sinal? ”. *IBRE – Carta dirigida.*
< http://academico.direito-rio.fgv.br/ccmw/images/0/0a/D%C3%A9ficit_Externo.pdf>

Galinari, R.; Junior, J. R. T. (2014). “Serviços: conhecimento, inovação e competitividade”. *BNDES – Pesquisa de setor.*
<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/4803/1/BS%2039%20servi%C3%A7os_conhecimento%20inova%C3%A7%C3%A3o%20competitividade_P.pdf>

Villela, A.; Giambiani, F.; Castro, L. B.; Hermann, J. (2011). “Economia Brasileira Contemporânea - 1945-2010”. *Rio de Janeiro: Editora Campus – 2ª Edição.*

Tzirulnik, E. “Apontamentos Sobre a Operação de Seguros”. *IBDS – Artigo Publicado.*

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). *Dados sobre os principais índices socioeconômicos*.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Dados sobre os principais índices socioeconômicos*.

BRASIL. Banco Central do Brasil. *Dados da balança de serviços brasileira*.
Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/?SERIEBALPAGBPM5> >.

BRASIL. IBRE (1947-2015). “Revista Conjuntura Econômica”. *Brasil: Fundação Getúlio Vargas – Múltiplas edições*.

EUA. A.M. Best (2013). “Global Reinsurance – Segment Review”.

EUA. A.M. Best (2013). “European Insurers Seek Growth and Efficiency Gains in Emerging Markets”.

EUROPA. Insurance Europe. “How Insurance Works”.